E&N
ECONOMIA & NEGÓCIOS

IMÓVEL.
SÓLIDO COMO SEMPRE,
SEGURO COMO NUNCA
E COM A MENOR TAXA
DE JUROS DA HISTÓRIA.
TEGRA INCORPORADORA

PANDEMIA DO CORONAVÍRUS

Consumo de vulneráveis ampliou receita obtida com imposto em 14 das 27 unidades da Federação na comparação entre os meses de julho e agosto deste ano e do ano passado, segundo estudo de entidade que representa mais de 30 mil auditores fiscais estaduais

Auxílio emergencial faz arrecadação com ICMS de Estados crescer até 17%

Adriana Fernandes / BRASÍLIA

O auxílio emergencial concedido pelo governo federal para a população vulnerável durante a pandemia ajudou a aumentar a arrecadação do ICMS de 14 das 27 unidades da Federação em ano de eleições municipais, aponta estudo da Federação Brasileira de Associações de Fiscais de Tributos Estaduais (Febrafite).

O trabalho usou dados da arrecadação dos Estados com ICMS para os meses de julho e agosto deste ano e do ano passado. O impulso a demanda gerado pelo benefício minimizou a queda da receita de ICMS, que apresentou no período incremento real de 0,23% na média.

Em alguns Estados, o ganho de arrecadação com o ICMS nos meses analisados chegou a superar 10% na comparação com o mesmo período de 2019. São eles: Roraima (17,38%), Mato Grosso (12,68%), Pará (12,55%) e Rondônia (11,25%).

A retirada do fim dos estímulos fiscais, prevista para 2021, tende a ter um efeito contrário, o que deve exigir cautela dos Estados para não piorar a situação fiscal no ano que vem, alerta a Febrafite, entidade que representa mais de 30 mil auditores fiscais das Receitas Estaduais.

O estudo aponta que a recuperação da arrecadação tributária tem características de estímulos temporários que não devem se perpetuar. Por isso, segundo os autores do trabalho, discutir alternativas de socorros às finanças estaduais de 2021 é uma necessidade que não poderá mais ser adiada.

O estudo procurou mostrar que há uma correlação muito forte entre a arrecadação estadual e as vendas do comércio puxadas pelo auxílio dado a 67,8 milhões de desempregados, informais e beneficiários do Bolsa Família. A lei que criou o auxílio é de abril e o pagamento começou em meados do mesmo mês. Pesquisas apontam que a maior parte desses recursos foi utilizada no consumo, que contribuiu para a recuperação das vendas do comércio e, consequentemente, para a arrecadação tributária estadual.

Dinheiro para o consumo. Segundo o presidente da Febrafite, Rodrigo Spada, os beneficiários do auxílio não têm espaço no orçamento familiar para poupar, o que os levou a gastar o dinheiro todo em consumo. Spada lembra que 80% da arrecadação dos Estados é obtida com o ICMS, imposto cobrado sobre bens e serviços. "Na comparação dos meses de julho e agosto ficou nítido que houve incremento da arrecadação por conta do auxílio", diz.

Também contribuiu para o reforço no caixa dos Estados, segundo Spada, o alívio de R$ 125 bilhões concedido aos governadores e prefeitos pelo governo federal, incluindo suspensão da dívida e repasses diretos.

Para a pesquisadora do Instituto Brasileiro de Economia (IBRE) da Fundação Getúlio Vargas, Vilma Pinto, uma das autoras do estudo, a recuperação do comércio é coincidente com o pagamento do auxílio emergencial. O dilema agora, aponta, é que pode haver um choque inverso com a retirada dos estímulos. Os governos estaduais terão que absorver eventual queda de receitas. Independentemente do rumo do impasse relacionado ao destino do auxílio emergencial, 2021 tende a ser um ano muito difícil. "É importante que as administrações públicas sejam cautelosas" recomendou.

O volume desembolsado do auxílio emergencial deverá ser de aproximadamente R$ 322 bilhões de reais. Em apenas cinco meses de programa, o governo já desembolsou mais de R$ 220 bilhões. O benefício inicial previa três parcelas de R$ 600, e foi estendido em junho para contemplar mais duas parcelas de mesmo valor. Depois houve uma nova prorrogação (até dezembro), dessa vez, com valor reduzido pela metade.

● Milhões de vulneráveis

67,8 milhões de desempregados, informais e beneficiários do Bolsa Família estão recebendo o auxílio emergencial do governo federal

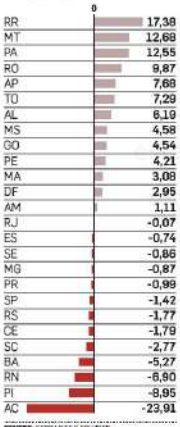
DANIEL GALBER/AE FOTO-22/9/20

Pagamentos. Em apenas cinco meses do programa auxílio emergencial, governo já desembolsou mais de R$ 220 bilhões

EFEITO AUXÍLIO

● Maioria dos Estados têm aumento na arrecadação do ICMS entre julho e agosto

EM PORCENTAGEM



FONTES: FEBRAFITE E FGV/IBRE

Câmara prepara ajuste para Estados e municípios

BRASÍLIA

Como mostrou reportagem do Estadão, o comando da Câmara dos Deputados quer acelerar a discussão para aprovação até o fim do ano do plano de reequilíbrio das contas dos Estados e municípios para 2021 começar com menor pressão nessa área fiscal.

Em troca de um ajuda da União para conseguir mais crédito e suspensão da dívida, governadores e prefeitos devem se comprometer com medidas de ajuste. O projeto, que substituiu o Plano Mansueto que não chegou a ser votado, ganhou o nome de plano Pedro-Benevides, referência ao autor do texto, deputado Pedro Paulo (DEM-RJ), e ao relator da proposta, deputado Mauro Benevides (PDT-CE).

"Após um período de transferência sem praticamente nenhuma contrapartida, entra agora uma etapa de retorno de crédito para os Estados poderem alavancar investimentos e até fazer uma cobertura de proteção de caixa", diz o deputado Pedro Paulo. "Como tempo, podemos voltar a discutir ajustes de conta e de melhora fiscal", afirmou.

O projeto foi apresentado por Pedro Paulo em abril depois que a discussão da proposta Plano Mansueto acabou, na prática, sendo arquivada na esteira da aprovação do auxílio emergencial para os Estados e Municípios que garantiu um alívio de R$ 125 bilhões.

Benevides antecipou ao Estadão que vai fixar uma multa de 10% sobre o valor da dívida que deixar de ser paga pelo Estado para governadores que não cumprirem as contrapartidas de ajustes. "Todo ano vai ter uma avaliação. Não cumpriu paga uma multa no primeiro ano. No segundo ano, não cumpriu, é excluído", afirmou.

O parecer também vai prever corte de 10% dos incentivos fiscais por ano durante três anos, totalizando 30%, além de aprovação de reforma da Previdência para os Estados que não fizeram até agora. Outra medida dura é a exigência de que os governadores paguem as despesas contratadas no mesmo ano ou deixam em caixa os recursos para serem pagos no ano seguinte. Hoje, essa exigência do artigo 42 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) tem que ser cumprida no último ano de governo. A proposta de Benevides é para que a obrigação seja observada anualmente.

edifício Sapucaia
SAÚDE PRONTO PARA MORAR
43,7 m² PRIVATIVOS
1 DORM | SACADA
1 VAGA DETERMINADA
• LAZER COMPLETO
• INFRAESTRUTURA PARA:
- AR CONDICIONADO (OPÇÃO QUARTO OU SALA)
- AQUECIMENTO SOLAR INSTALADO
- GERADOR
- REUSO DE ÁGUA PARA ÁREAS COMUNS
VISITE APARTAMENTO DECORADO
TORRE ÚNICA
ÚLTIMAS UNIDADES
A 5 MINUTOS DO METRÔ SAÚDE
CORRETORES NO LOCAL
R. Canetro do Cunha, 1002
Info: 3459-3647 99633-9191
Construção e Vendas: KOBAYASHI HABITACIONAL E COMERCIAL LTDA
54 ANOS
www.kobayashihab.com.br | SIGA A KOBAYASHI / kobayashihab / koba.hab
Central de Inf.: Av Bosque da Saúde, 197 - 04145-000 - São Paulo | Tel.: 3948-6000 | e-mail: kobayashi@kobayashihab.com.br | sesop: 1938. | ES: Sapucaia: Incorporação Registrada na Matrícula 174598 em 7 de agosto de 2013 no 6º Cartório de Registro de Imóveis da Capital de SP.

pressreader